

PROJECTO DE REGULAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE ALCANENA

NOTA JUSTIFICATIVA

O “direito mortuário” português, nos seus aspectos essenciais, encontrava-se disperso por vários diplomas legais e desajustados da disciplina jurídica deles resultante.

Por outro lado, tornava-se necessário libertar uma área tão sensível, como esta, de entraves burocráticos.

Nesta sequência, foi publicado o Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro, que veio introduzir importantes alterações em tal domínio.

O próprio preâmbulo do novo diploma é bem elucidativo e contém indicação das principais preocupações que presidiram à elaboração deste, bem como refere as alterações mais importantes.

Também o preâmbulo do próprio projecto de Regulamento do Cemitério Municipal de Alcanena, agora elaborado, salienta as principais medidas adoptadas no referido Decreto-Lei n.º 411/98.

Parece, assim, não haver necessidade de recorrermos a mais qualquer outra fundamentação.

Por outro lado, acresce que, por força do disposto no n.º 2 do art.º 32 do diploma legal em questão, as normas jurídicas constantes do Decreto n.º 48770, de 18 de Dezembro de 1968, assim como as do, ainda em vigor, Regulamento do Cemitério Municipal de Alcanena, estão revogadas naquilo em que contrariem o disposto no novo diploma.

Por tudo isto que se acabou de referir; justifica-se bem a elaboração do presente projecto de regulamento, adaptado ao novo regime jurídico definido no citado Decreto-Lei n.º 411/98.

A Associação Nacional de Municípios Portugueses providenciou pela elaboração de um regulamento tipo sobre os Cemitérios Municipais, do qual remeteu um exemplar a esta Câmara Municipal.

Assim, o presente projecto de Regulamento do Cemitério Municipal de Alcanena seguiu aquele modelo, por uma questão de uniformidade, ainda que com as alterações entendidas por convenientes.

Nada se regulamenta, contudo, quanto à “cremação” já que, nos termos do artº. 18º. do mencionado Decreto-Lei nº.411/98, aquela só poderá ser feita em cemitério que obedeça às regras que vierem a ser definidas na portaria conjunta aí referida e, certamente que, em Alcanena, não se justificará, tão depressa, a sua existência.

Fica, no entanto, uma referência, no articulado do regulamento e em capítulo próprio.

O mesmo se passa em relação à inumação em local de consumpção aeróbia de cadáveres que obedecerá às regras que vierem a ser definidas pela portaria conjunta a que se refere o artº. 13º. do mencionado Decreto-Lei nº. 411/98.

Sem, necessidade de alongar mais, assim se dá cumprimento ao disposto no artº. 116º. do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº. 6/96, de 31 de Janeiro e republicado em anexo a este último diploma.

Logo que aprovado pela Câmara Municipal, deverá o presente projecto de Regulamento do Cemitério Municipal de Alcanena ser submetido a apreciação pública, nos termos do artº. 118º. do referido Código do Procedimento Administrativo, publicando-se, para o efeito, na 2ª. série do “Diário da República”.

No final, deverá ser proposto à aprovação do Órgão Deliberativo do Município, em conformidade com a última parte do preâmbulo.

Paços do Município de Alcanena, 7 de Dezembro de 1999.

A VICE-PRESIDENTE

(Maria da Conceição Rodrigues Rita da Cunha)
-Engª. Técnica -

REGULAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL

O Decreto-Lei nº. 411/98, de 30 de Dezembro, veio consignar importantes alterações aos diplomas legais ao tempo em vigor sobre “direito mortuário”, que se apresentava ultrapassado e desajustado das realidades e necessidades sentidas neste domínio, em particular pelas autarquias locais, enquanto entidades administradoras dos cemitérios.

Relevam, pela sua importância, as seguintes medidas:

- Alargamento das categorias de pessoas com legitimidade para requerer a prática de actos regulados no diploma;
- A plena equiparação das figuras da inumação e da cremação, podendo a cremação ser feita em qualquer cemitério que disponha de equipamento apropriado, que obedeça às regras definidas em portaria conjunta dos Ministros do Equipamento Social, do Planeamento, da Saúde e do Ambiente e do Ordenamento do Território;
- A possibilidade de cremação, por iniciativa da entidade administradora do cemitério, de cadáveres, fetos, ossadas e peças anatómicas, desde que considerados abandonados;
- A faculdade de inumação em local de consumpção aeróbia, desde que em respeito às regras definidas por portaria conjunta dos Ministros do Equipamento Social, do Planeamento, da Saúde e do Ambiente e do Ordenamento do Território;

- A possibilidade de inumação em locais especiais ou reservados a pessoas de determinadas categorias, nomeadamente de certa nacionalidade, confissão ou regra religiosa, bem como a inumação em capelas privativas, em ambos os casos mediante autorização da Câmara Municipal;
- A redução dos prazos de exumação, que passam de 5 para 3 anos após a inumação, e para 2 anos nos casos em que se verificar necessário recobrir o cadáver, por não estarem ainda terminados os fenómenos de destruição de matéria orgânica.
- A restrição do conceito de transladação ao transporte de cadáver já inumado ou de ossadas para local diferente daquele onde se encontram, a fim de serem de novo inumados, colocados em ossário ou cremados, suprimindo-se a intervenção das autoridades policial e sanitária, cometendo-se unicamente à entidade administradora do cemitério competência para a mesma;
- Eliminação da intervenção das autoridades policiais nos processos de transladação, quer dentro do mesmo cemitério, quer para outro cemitério;
- Definição da regra de competência da mudança de localização de cemitério.

Verifica-se que foram profundas as alterações consignadas pelo Decreto-Lei nº. 411/98, de 30 de Dezembro, que revogou na sua totalidade vários diplomas legais atinentes ao “direito mortuário”, fazendo-o somente parcialmente em relação ao Decreto nº.48.770, de 18 de Dezembro de 1968.

Por isso, as normas jurídicas constantes dos regulamentos dos cemitérios actualmente em vigor, terão que se adequar ao preceituado no novo regime legal, não obstante se manterem válidas muitas das soluções e mecanismos adoptados nos regulamentos cemiteriais emanados ao abrigo do Decreto nº. 44.220, de 3 de Março de 1962 e do Decreto 48.770, de 18 de Dezembro de 1968, razão pela qual, nessa parte, não sofrerão alterações de maior.

O presente projecto de regulamento foi objecto de apreciação pública.

Assim, no uso da competência prevista pelos artigos 112º. e 241º. da Constituição da República Portuguesa e conferida pela alínea a) do nº.2 do artigo 53º. e pela alínea a) do nº. 6 do artigo 64º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, e em cumprimento do disposto no artigo 29º. do Decreto nº. 44.220, de 3 de Março de 1962, no Decreto nº. 48.770, de 18 de Dezembro de 1968 e no Decreto-Lei nº.411/98, de 30 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº. 5/2000, de 29 de Janeiro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal de Alcanena aprova o seguinte regulamento.

CAPÍTULO I

DEFINIÇÕES E NORMAS DE LEGITIMIDADE

Artigo 1º. **(Definições)**

Para efeitos do presente Regulamento, considera-se:

- a) – Autoridade de polícia: a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública;
- b) – Autoridade de saúde: o delegado regional de saúde, o delegado concelhio de saúde ou os seus adjuntos;
- c) – Autoridade judiciária: o juiz de instrução e o Ministério Público, cada um relativamente aos actos processuais que cabem na sua competência;
- d) – Remoção: o levantamento de cadáver do local onde ocorreu ou foi verificado o óbito e o seu subsequente transporte, a fim de se proceder à sua inumação ou cremação;
- e) – Inumação: a colocação de cadáver em sepultura, jazigo ou local de consumpção aeróbia;
- f) – Exumação: a abertura de sepultura, local de consumpção aeróbia ou caixão de metal onde se encontra inumado o cadáver;
- g) – Trasladação: o transporte de cadáver inumado em jazigo ou de ossadas para local diferente daquele em que se encontram, a fim de serem de novo inumados, cremados ou colocados em ossário;
- h) – Cremação: a redução de cadáver ou ossadas a cinzas;

- i) – Cadáver: o corpo humano após a morte, até estarem terminados os fenómenos de destruição da matéria orgânica;
- j) – Ossadas: o que resta do corpo humano uma vez terminado o processo de mineralização do esqueleto;
- k) – Viatura e recipientes apropriados: aqueles em que seja possível proceder ao transporte de cadáveres, ossadas, cinzas, fetos mortos ou recém nascidos falecidos no período neonatal precoce, em condições de segurança e de respeito pela dignidade humana;
- l) – Período neonatal precoce: as primeiras cento e sessenta e oito horas de vida;
- m) – Depósito: colocação de urnas contendo restos mortais em ossários e jazigos;
- n) – Ossário: construção destinada ao depósito de urnas contendo restos mortais, predominantemente ossadas;
- o) – Restos mortais: cadáver, ossada e cinzas;
- p) – Talhão: área contínua destinada a sepulturas unicamente delimitada por ruas, podendo ser constituída por uma ou varias secções.

Artigo 2º.

(Legitimidade)

1 – Têm legitimidade para requerer a prática de actos previstos neste Regulamento, sucessivamente:

- a) – O testamenteiro, em cumprimento de disposição testamentária;
- b) – O cônjuge sobrevivente;
- c) – A pessoa que vivia com o falecido em condições análogas às dos cônjuges;
- d) – Qualquer herdeiro;
- e) – Qualquer familiar;
- f) – Qualquer pessoa ou entidade.

2 – Se o falecido não tiver nacionalidade portuguesa, tem também legitimidade o representante diplomático ou consular do país da sua nacionalidade.

3 – O requerimento para a prática desses actos pode também ser apresentado por pessoa munida de procuração com poderes especiais para esse efeito, passada por quem tiver legitimidade nos termos dos números anteriores.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS

SECÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 3º.
(Âmbito)

1 – O Cemitério Municipal de Alcanena, destina-se à inumação dos cadáveres de indivíduos falecidos na área do Município de Alcanena, excepto se o óbito tiver ocorrido em freguesias deste, que disponham de cemitério próprio.

2 – Poderão ainda ser inumados no Cemitério Municipal de Alcanena, observadas, quando for caso disso, as disposições legais e regulamentares:

a) – Os cadáveres de indivíduos falecidos em freguesias do Município quando, por motivo de insuficiência de terreno, comprovada por escrito pelo Presidente da Junta de Freguesia respectiva, não seja possível a inumação nos respectivos cemitérios de freguesia;

b) – Os cadáveres de indivíduos falecidos fora da área do Município que se destinem a jazigos particulares ou sepulturas perpétuas;

c) – Os cadáveres de indivíduos falecidos fora do Município, mas que tivessem à data da morte o seu domicílio habitual na área deste;

d) – Os cadáveres de indivíduos não abrangidos nas alíneas anteriores, em face de circunstâncias que se repute ponderosas e mediante autorização do Presidente da Câmara ou do Vereador do Pelouro.

SECÇÃO II
DOS SERVIÇOS

Artigo 4º.
(Serviço de recepção e inumação de cadáveres)

A recepção e inumação de cadáveres estarão a cargo do coveiro, sendo, contudo, os respectivos serviços dirigidos pelo encarregado do cemitério ou por quem legalmente o substituir, ao qual compete cumprir, fazer cumprir e fiscalizar as disposições do presente Regulamento, das leis e regulamentos gerais, das deliberações da Câmara Municipal e as ordens dos seus superiores relacionadas com aqueles serviços.

Artigo 5º.

(Serviços de registo e expediente geral)

Os serviços de registo e expediente geral estarão a cargo dos serviços administrativos da Câmara – secção de taxas e licenças - onde existirão, para o efeito, livros de registo de inumações, exumações, trasladações e concessões de terrenos e quaisquer outros considerados necessários ao bom funcionamento dos serviços.

SECÇÃO III

DO FUNCIONAMENTO

Artigo 6º.

(Horário de funcionamento)

1 – O cemitério municipal está aberto todos os dias incluindo sábados, domingos e feriados, das 8 às 20 horas, mas os respectivos serviços só funcionam:

- a) – Às segundas e terças feiras das 8.30 às 17 horas;
- b) – Às quartas, quintas e sextas feiras, das 8.30 às 16.30 horas; e
- c) – As sábados, domingos e feriados, só quando haja funerais e pelo tempo estritamente necessário.

2 – Para efeito de inumação de restos mortais, o corpo terá que dar entrada até 30 minutos antes do seu encerramento.

3 – Os cadáveres que derem entrada fora do horário estabelecido, ficarão em depósito, aguardando a inumação dentro das horas regulamentares, salvo casos especiais, em que, mediante autorização do Presidente da Câmara ou do Vereador do Pelouro, poderão ser imediatamente inumados.

CAPÍTULO III DE REMOÇÃO

Artigo 7º. (Remoção)

À remoção de cadáveres são aplicáveis as regras consignadas no artigo 5º. do Decreto-Lei nº. 411/98, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº. 5/2000, de 29 de Janeiro.

CAPÍTULO IV DO TRANSPORTE

Artigo 8º. (Regime aplicável)

Ao transporte de cadáveres, ossadas, cinzas, peças anatómicas, fetos mortos e de recém nascidos, são aplicáveis as regras constantes dos artigos 6º. e 7º. do Decreto-Lei nº. 411/98, o primeiro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº. 5/2000.

CAPÍTULO V DAS INUMAÇÕES

SECÇÃO I DISPOSIÇÕES COMUNS

Artigo 9º. (Locais de inumação)

1 – As inumações são efectuadas em sepulturas temporárias, perpétuas e talhões privativos, em jazigos e ossários particulares ou municipais e em locais de consumpção aeróbia de cadáveres.

2 – Excepcionalmente e mediante autorização da Câmara Municipal, poderá ser permitido:

- a) – A inumação em locais especiais ou reservados a pessoas de determinadas categorias, nomeadamente de certa nacionalidade, confissão ou regra religiosa;
- b) – A inumação em capelas privativas, situadas fora dos aglomerados populacionais e tradicionalmente destinadas ao depósito do cadáver ou ossadas dos familiares dos respectivos proprietários.

Artigo 10º.

(Inumações fora de cemitério público)

1 – Nas situações constantes do nº.2 do artigo anterior, o pedido de autorização é dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, mediante requerimento, por quem tenha legitimidade para o efeito, de acordo com o disposto no artigo 2º., dele devendo constar:

- a) – Identificação do requerente;
- b) – Indicação exacta do local onde se pretende inumar, ou depositar ossadas;
- c) – Fundamentação adequada da pretensão, nomeadamente ao nível da escolha do local;

2 – A inumação fora de cemitério público é acompanhada por um responsável adstrito aos serviços do cemitério municipal.

Artigo 11º.

(Modos de inumação)

1 – Os cadáveres a inumar serão encerrados em caixões de madeira ou de zinco.

2 – Os caixões de zinco devem ser hermeticamente fechados, para o que serão soldados, no cemitério, perante o funcionário responsável.

3 – Sem prejuízo do número anterior, a pedido dos interessados, e quando a disponibilidade dos serviços o permitir, pode a soldagem do caixão efectuar-se com a presença de um representante do Presidente da Câmara, no local donde partirá o féretro.

4 – Antes do definitivo encerramento, devem ser depositados nos caixões materiais que acelerem a decomposição do cadáver ou colocados filtros depuradores e dispositivos adequados a impedir os efeitos da pressão dos gases no seu interior, consoante se trate de inumação em sepultura ou em jazigo.

Artigo 12º.

(Prazos de Inumação)

1 – Nenhum cadáver será inumado ou encerrado antes de decorridas vinte e quatro horas sobre o falecimento.

2 – Quando haja lugar à realização de autópsia médico-legal e houver perigo para a saúde pública, a autoridade de saúde pode ordenar, por escrito, que se proceda à inumação ou encerramento em caixão de zinco, antes de decorrido o prazo previsto no número anterior.

3 – Um cadáver deve ser inumado dentro dos seguintes prazos máximos:

- a) – Em setenta e duas horas, se imediatamente após a verificação do óbito tiver sido entregue a uma das pessoas indicadas no artigo 2º. do presente regulamento;
- b) – Em setenta e duas horas, a contar da entrada em território nacional, quando o óbito tenha ocorrido no estrangeiro;
- c) – Em quarenta e oito horas após o termo da autópsia médico-legal ou clínica;
- d) – Em vinte e quatro horas, nas situações referidas no n.º.1 do artigo 5º. do Decreto-Lei n.º. 411/98;
- e) – Até trinta dias sobre a data da verificação do óbito, se não foi possível assegurar a entrega do cadáver a qualquer das pessoas ou entidades indicadas no artigo 2º. deste regulamento.

Artigo 13º.

(Condições para a inumação)

Nenhum cadáver poderá ser inumado, encerrado em caixão de zinco ou colocado em câmara frigorífica, sem que, para além de respeitados os prazos referidos no artigo

anterior, previamente tenha sido lavrado o respectivo assento ou auto de declaração de óbito ou emitido o boletim de óbito.

Artigo 14º.

(Autorização de inumação)

1 – A inumação de um cadáver depende de autorização da Câmara Municipal, a requerimento das pessoas com legitimidade para tal, nos termos do artigo 2º.

2 – O requerimento a que se refere o número anterior obedece ao modelo previsto no Anexo II do Decreto-Lei nº. 411/98, devendo ser instruído com os seguintes documentos:

- a) – Assento ou auto de declaração de óbito ou boletim de óbito;
- b) – Autorização da autoridade de saúde, nos casos em que haja necessidade de inumação antes de decorridas vinte e quatro horas sobre o óbito;
- c) – Os documentos a que alude o artigo 40º. deste regulamento, quando os restos mortais se destinem a ser inumados em jazigo particular ou sepultura perpétua.

Artigo 15º.

(Tramitação)

1 – O requerimento e os documentos referidos no artigo anterior são apresentados à Câmara Municipal, através dos serviços administrativos – secção de taxas e licenças – por quem estiver encarregado da realização do funeral.

2 – Cumpridas estas obrigações e pagas as taxas que forem devidas, a Câmara Municipal emite guia de modelo previamente aprovado, cujo original entrega ao encarregado do funeral.

3 – Não se efectuará a inumação sem que aos serviços de recepção afectos ao cemitério seja apresentado o original da guia a que se refere o número anterior.

4 – O documento referido no número anterior será registado no livro de inumações, mencionando-se o seu número de ordem, bem como a data de entrada do cadáver ou ossadas no cemitério.

Artigo 16º.

(Insuficiência da documentação)

1 – Os cadáveres deverão ser acompanhados de documentação comprovativa do cumprimento das formalidades legais.

2 – Na falta ou insuficiência da documentação legal, os cadáveres ficarão em depósito até que esta esteja devidamente regularizada.

3 – Decorridas vinte e quatro horas sobre o depósito ou, em qualquer momento, em que se verifique o adiantado estado de decomposição do cadáver, sem que tenha sido apresentada documentação em falta, os serviços comunicarão imediatamente o caso às autoridades sanitárias ou policiais para que tomem as providências adequadas.

SECÇÃO II

DAS INUMAÇÕES EM SEPULTURAS

Artigo 17º.

(Sepultura comum não identificada)

É proibida a inumação em sepultura comum não identificada, salvo:

- a) – Em situação de calamidade pública;
- b) – Tratando-se de fetos mortos abandonados ou de peças anatómicas.

Artigo 18º.

(Classificação)

1 – As sepulturas classificam-se em temporárias e perpétuas:

- a) – São temporárias as sepulturas para inumação por três anos, findos os quais poderá proceder-se à exumação.

b) – São perpétuas aquelas cuja utilização foi exclusiva e perpetuamente concedida mediante requerimento dos interessados, para utilização imediata.

2 – As sepulturas perpétuas devem localizar-se em talhões distintos dos destinados a sepulturas temporárias, dependendo a alteração da natureza dos talhões de deliberação da Câmara Municipal.

Artigo 19º.
(Dimensões)

As sepulturas terão, em planta, a forma rectangular, obedecendo às seguintes dimensões mínimas:

Para adultos:

Comprimento.....	2 m
Largura.....	0,65 m
Profundidade.....	1,15 m

Para crianças:

Comprimento	1 m
Largura.....	0,55 m
Profundidade.....	1 m

Artigo 20º.
(Organização do espaço)

1 – As sepulturas, devidamente numeradas, agrupar-se-ão em talhões ou secções, tanto quanto possível rectangulares.

2 – Procurar-se-á o melhor aproveitamento do terreno, não podendo, porém, os intervalos entre as sepulturas e entre estas e os lados dos talhões ser inferior a 0,40 m, e mantendo-se para cada sepultura acesso com o mínimo de 0,60 m de largura.

Artigo 21º.

(Enterramento de crianças)

Além de talhões privativos que se considerem justificados, haverá secções para o enterramento de crianças separadas dos locais que se destinam aos adultos.

Artigo 22º.

(Sepulturas temporárias)

É proibido o enterramento nas sepulturas temporárias de madeiras muito densas, dificilmente deterioráveis ou nas quais tenham sido aplicadas tintas ou vernizes que demorem a sua destruição.

Artigo 23º.

(Sepulturas perpétuas)

1 – Nas sepulturas perpétuas é permitida a inumação em caixões de madeira.

2 – Para efeitos de nova inumação, poderá proceder-se à exumação decorrido o prazo legal de três anos, desde que nas inumações anteriores se tenha utilizado caixão próprio para a inumação temporária.

SECÇÃO III
DAS INUMAÇÕES EM JAZIGOS

Artigo 24º.

(Espécies de jazigos)

1 – Os jazigos podem ser de três espécies:

- a) – Subterrâneos – aproveitando apenas o subsolo;
- b) – Capelas – constituídas somente por edificações acima do solo;
- c) – Mistos – dos dois tipos anteriores, conjuntamente.

2 – Os jazigos ossários essencialmente destinados ao depósito de ossadas, poderão ter dimensões inferiores às dos jazigos normais.

Artigo 25º.

(Inumação em jazigo)

Para a inumação em jazigo o cadáver deve ser encerrado em caixão de zinco, tendo a folha empregada no seu fabrico a espessura mínima de 0,4 mm.

Artigo 26º.

(Deteriorações)

1 – Quando um caixão depositado em jazigo apresente rotura ou qualquer outra deterioração, serão os interessados avisados a fim de o mandarem reparar, marcando-se-lhes, para o efeito, o prazo julgado conveniente.

2 – Em caso de urgência, ou quando não se efectue a reparação prevista no número anterior, a Câmara Municipal efectuá-la-á, correndo as despesas por conta dos interessados.

3 – Quando não possa reparar-se convenientemente o caixão deteriorado, encerrar-se-á noutro caixão de zinco ou será removido para sepultura, à escolha dos interessados ou por decisão do Presidente da Câmara Municipal, tendo esta lugar em casos de manifesta urgência ou sempre que aqueles não se pronunciem dentro do prazo que lhes for fixado para optarem por uma das referidas soluções.

SECÇÃO IV
INUMAÇÃO EM LOCAL DE CONSUMPÇÃO AERÓBIA

Artigo 27º.
(Consumpção aeróbia)

A inumação em local de consumpção aeróbia de cadáveres obedecerá às regras definidas por portaria conjunta dos Ministros do Equipamento Social, do Planeamento, da Saúde e do Ambiente e do Ordenamento do Território.

CAPÍTULO VI
DA CREMAÇÃO

Artigo 28º.
(A Regulamentar oportunamente)

A cremação será regulamentada quando o cemitério dispuser de equipamento para o efeito, que obedeça às regras definidas por portaria conjunta dos Ministros do Equipamento Social, do Planeamento, da Saúde e do Ambiente e do Ordenamento do Território.

CAPÍTULO VII
DAS EXUMAÇÕES

Artigo 29º.
(Prazos)

1 – Salvo em cumprimento de mandado da autoridade judiciária, a abertura de qualquer sepultura ou local de consumpção aeróbia só é permitida decorridos três anos sobre a inumação.

2 – Se no momento da abertura não estiverem terminados os fenómenos de destruição da matéria orgânica, recobre-se de novo o cadáver, mantendo-o inumado por períodos sucessivos de dois anos até à mineralização do esqueleto.

Artigo 30º.**(Aviso aos Interessados)**

1 – Decorrido o prazo estabelecido no nº. 1 do artigo anterior, poderá proceder-se à exumação.

2 – Logo que decidida uma exumação, os Serviços da Câmara Municipal promoverão a publicação de avisos em dois dos jornais mais lidos da região e afixarão editais, convidando os interessados a acordarem, no prazo de trinta dias, com os serviços do cemitério, quanto à data da exumação e destino das ossadas, bem como a comparecerem no cemitério no dia e hora que vierem a ser fixados para esse fim.

3 – Simultaneamente com a publicação e afixação referidas no número anterior, os Serviços da Câmara notificarão os interessados, se conhecidos, através de carta registada com aviso de recepção.

4 – Verificada a oportunidade de exumação, pelo decurso do prazo fixado no número dois, sem que o ou os interessados alguma diligência tenham promovido no sentido da sua exumação, esta, se praticável, será levada a efeito pelos serviços, considerando-se abandonada a ossada existente.

5 – Às ossadas abandonadas nos termos do número anterior será dado o destino adequado, ou, quando não houver nisso inconveniente, poderão ser inumadas nas próprias sepulturas, mas a profundidades superiores às indicadas no artigo 19º.

Artigo 31º.**(Exumação de ossadas em caixões inumados em jazigos)**

1 – A exumação das ossadas de um caixão inumado em jazigo, só será permitida quando aquele se apresente de tal forma deteriorado que se possa verificar a consumpção das partes moles do cadáver.

2 – A consumpção a que alude o número anterior será obrigatoriamente verificada pelos Serviços do cemitério, ou autoridade sanitária local.

3 – As ossadas exumadas de caixão que, por manifesta urgência ou vontade dos interessados se tenha removido para sepultura nos termos do artigo 26º., serão depositadas no jazigo originário ou em local acordado com o Serviço de Cemitério.

CAPÍTULO VIII DAS TRASLADAÇÕES

Artigo 32º. (Competência)

1 – A trasladação é solicitada ao Presidente da Câmara Municipal, pelas pessoas com legitimidade para tal, nos termos do artigo 2º. deste regulamento, através de requerimento, cujo modelo consta do anexo I ao Decreto-Lei nº. 411/98.

2 – Se a trasladação consistir na mera mudança de local no interior do cemitério é suficiente o deferimento do requerimento previsto no número anterior.

3 – Se a trasladação consistir na mudança para cemitério diferente, deverão os serviços da Câmara Municipal remeter o requerimento referido no nº.1 do presente artigo para a entidade responsável pela administração do cemitério para o qual vão ser trasladados o cadáver ou as ossadas, cabendo a esta o deferimento da pretensão.

4 – Para cumprimento do estipulado no número anterior, poderão ser usados quaisquer meios, designadamente a notificação postal ou a comunicação via telecópia.

Artigo 33º. (Condições da trasladação)

1 – A trasladação de cadáver é efectuada em caixão de zinco, devendo a folha empregada no seu fabrico ter a espessura mínima de 0,4 mm.

2 – A transladação de ossadas é efectuada em caixa de zinco com a espessura mínima de 0,4 mm ou de madeira.

3 – Quando a transladação se efectuar para fora do cemitério terá que ser utilizada viatura apropriada e exclusivamente destinada a esse fim.

Artigo 34º.

(Registos e Comunicações)

1 – Nos livros de registo do cemitério, far-se-ão os averbamentos correspondentes às transladações efectuadas.

2 – Os serviços do cemitério devem igualmente proceder à comunicação para os efeitos previstos na alínea a) do artigo 71 do Código do Registo Civil.

CAPÍTULO IX

DA CONCESSÃO DE TERRENOS

SECÇÃO I

DAS FORMALIDADES

Artigo 35º.

(Concessão)

1 – Os terrenos dos cemitérios podem, mediante autorização do Presidente da Câmara Municipal, ser objecto de concessões de uso privativo, para instalação de sepulturas perpétuas e para a construção de jazigos particulares.

2 – Os terrenos poderão também ser concedidos em hasta pública, nos termos e condições especiais que o Presidente da Câmara Municipal vier a fixar.

3 – As concessões de terrenos não conferem aos titulares nenhum título de propriedade ou qualquer direito real, mas somente o direito de aproveitamento com afectação especial e nominativa, em conformidade com as leis e regulamentos.

Artigo 36º.**(Pedido)**

O pedido para a concessão de terrenos é dirigido ao Presidente da Câmara e dele deve constar a identificação do requerente, a localização e, quando se destinar a jazigo, a área pretendida.

Artigo 37º.**(Decisão da concessão)**

1 – Decidida a concessão, os serviços da Câmara Municipal notificam o requerente para comparecer no Cemitério a fim de se proceder à demarcação do terreno, sob pena de se considerar caduca a deliberação tomada.

2 – O prazo para pagamento da taxa de concessão é de trinta dias a contar da notificação da decisão, sendo condição indispensável para a cobrança da mesma taxa a apresentação do recibo comprovativo do pagamento da sisa.

3 – A título excepcional será permitida a inumação em sepultura perpétua, antes de requerida a concessão, desde que o interessado deposite antecipadamente, na tesouraria municipal, importância correspondente à taxa de concessão, devendo, neste caso, apresentar o requerimento dentro dos oito dias seguintes à referida inumação, acompanhado do recibo comprovativo do pagamento da sisa.

4 – O não cumprimento dos prazos fixados neste artigo implica a perda das importâncias pagas ou depositadas, bem como a caducidade dos actos, ficando a inumação antecipadamente feita em sepultura perpétua, sujeita ao regime das efectuadas em sepultura temporária.

Artigo 38º.**(Alvará de concessão)**

1 – A concessão de terrenos é titulada por alvará da Câmara Municipal, a emitir aquando do pagamento da taxa de concessão.

2 – Do alvará constarão os elementos de identificação do concessionário, morada, referencias do jazigo ou sepultura perpétua, nele se devendo mencionar, por averbamento, todas as entradas e saídas de restos mortais.

SECÇÃO II

DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONCESSIONÁRIOS

Artigo 39º.

(Prazos de realização de obras)

1 – Sem prejuízo do estabelecido no número dois, a construção de jazigos particulares e o revestimento das sepulturas perpétuas, deverão concluir-se nos prazos que, em cada caso, forem fixados pela Câmara.

2 – Poderá o Presidente da Câmara ou o Vereador com competência delegada prorrogar estes prazos em casos devidamente justificados.

3 – Caso não sejam respeitados os prazos iniciais ou as suas prorrogações, caducará a concessão, com perda das importâncias pagas, revertendo ainda para a Câmara Municipal todos os materiais encontrados na obra.

Artigo 40º.

(Autorizações)

1 – As inumações, exumações e trasladações a efectuar em jazigos ou sepulturas perpétuas serão feitas mediante exibição do respectivo título ou alvará e de autorização expressa do concessionário ou de quem legalmente o representar, cujo bilhete de identidade deve ser exibido.

2 – Sendo vários os concessionários, a autorização poderá ser dada por aquele que estiver na posse do título ou alvará, tratando-se de familiares até ao sexto grau, bastando

autorização de qualquer deles quando se trate de inumação de cônjuge, ascendente ou descendente de concessionário.

3 – Os restos mortais do concessionário serão inumados independentemente de qualquer autorização.

4 – Sempre que o concessionário não declare, por escrito, que a inumação tem carácter temporário, ter-se-á a mesma como perpétua.

Artigo 41º.

(Trasladação de restos mortais)

1 – O concessionário de jazigo particular pode promover a trasladação dos restos mortais aí depositados a título temporário, depois da publicação de éditos em que aqueles sejam devidamente identificados e onde se avise do dia e hora a que terá lugar a referida trasladação.

2 – A trasladação a que alude este artigo só poderá efectuar-se para outro jazigo ou para ossário municipal.

3 – Os restos mortais depositados a título perpétuo não podem ser trasladados por simples vontade do concessionário.

Artigo 42º.

(Obrigações do concessionário do jazigo ou sepultura perpétua)

O concessionário de jazigo ou sepultura perpétua que, a pedido de interessado legítimo, não faculte a respectiva abertura para efeitos de trasladação de restos mortais no mesmo inumados, será notificado a fazê-lo em dia e hora certa, sob pena de os serviços promoverem a abertura do jazigo. Neste último caso, será lavrado auto do que ocorreu, assinado pelo serventuário que presida ao acto e por duas testemunhas.

CAPÍTULO X
TRANSMISSÕES DE JAZIGOS E SEPULTURAS PERPÉTUAS

Artigo 43º.
(Transmissão)

As transmissões de jazigos e sepulturas perpétuas averbar-se-ão a requerimento dos interessados, instruído nos termos gerais de direito com os documentos comprovativos da transmissão e do pagamento dos impostos que forem devidos ao Estado.

Artigo 44º.
(Transmissão por morte)

1 – As transmissões por morte das concessões de jazigos ou sepulturas perpétuas a favor da família do instituidor ou concessionário, são livremente admitidas, nos termos gerais de direito.

2 – As transmissões, no todo ou em parte, a favor de pessoas estranhas à família do instituidor ou concessionário, só serão porém, permitidas, desde que o adquirente declare no pedido de averbamento que se responsabiliza pela perpetuidade da conservação, no próprio jazigo ou sepultura, dos corpos ou ossadas aí existentes, devendo esse compromisso constar daquele averbamento.

Artigo 45º.
(Transmissão por acto entre vivos)

1 – As transmissões por actos entre vivos das concessões de jazigos ou sepulturas perpétuas serão livremente admitidas quando neles não existam corpos ou ossadas.

2 – Existindo corpos ou ossadas, a transmissão só poderá ser admitida nos seguintes termos:

a) – Tendo-se procedido à transladação dos corpos ou ossadas para jazigos, sepulturas ou ossários de carácter perpétuo, a transmissão pode, igualmente, fazer-se livremente;

b) – Não se tendo efectuado aquela transladação e não sendo a transmissão a favor de cônjuge, descendente ou ascendente do transmitente, a mesma só será permitida desde que qualquer dos instituidores ou concessionários não deseje optar, e o adquirente assuma o compromisso referido no número dois do artigo anterior.

3 – As transmissões previstas nos números anteriores, só serão admitidas, quando sejam passados mais de cinco anos sobre a sua aquisição pelo transmitente, se este o tiver adquirido por acto entre vivos.

Artigo 46º.

(Autorização)

1 – Verificado o condicionalismo estabelecido no artigo anterior, as transmissões entre vivos dependerão de prévia autorização do Presidente da Câmara Municipal.

2 – Pela transmissão serão pagas à Câmara Municipal as taxas por averbamento em alvarás de concessão de terrenos em nome de novo proprietário, previstas na Tabela de Taxas e Licenças Municipais.

Artigo 47º.

(Averbamento)

O averbamento das transmissões a que se referem os artigos anteriores, será feito mediante exibição da autorização do Presidente da Câmara Municipal e do documento comprovativo da realização da transmissão.

Artigo 48º.

(Abandono de jazigo ou sepultura)

Os jazigos que vierem à posse da Câmara Municipal em virtude de caducidade da concessão, e que pelo seu valor arquitectónico ou estado de conservação se considere de manter e preservar, poderão ser mantidos na posse da Câmara ou alienados em hasta pública, nos termos e condições especiais que resolver fixar, podendo ainda impor aos arrematantes a construção de um subterrâneo ou sub-piso para receber os restos mortais depositados nesses mesmos jazigos.

CAPÍTULO XI

SEPULTURAS E JAZIGOS ABANDONADOS

Artigo 49º.

(Conceito)

1 – Consideram-se abandonados, podendo declarar-se prescritos a favor da autarquia, os jazigos e sepulturas perpétuas cujos concessionários não sejam conhecidos ou residam em parte incerta e não exerçam os seus direitos por período superior a dez anos, nem se apresentem a reivindicá-los dentro do prazo de sessenta dias depois de citados por meio de éditos publicados em dois dos jornais mais lidos na área do Município e afixados nos lugares do estilo.

2 – Dos éditos constarão os números dos jazigos e sepulturas perpétuas, identificação e data das inumações dos cadáveres ou ossadas que no mesmo se encontrem depositados, bem como o nome do último ou últimos concessionários inscritos que figurarem nos registos.

3 – O prazo referido neste artigo conta-se a partir da data da última inumação ou da realização das mais recentes obras de conservação ou de beneficiação que nas mencionadas construções tenham sido feitas, sem prejuízo de quaisquer outros actos dos proprietários, ou de situações susceptíveis de interromperem a prescrição nos termos da lei civil.

4 – Simultaneamente com a citação dos interessados colocar-se-á na construção funerária placa indicativa do abandono.

Artigo 50°.**(Declaração de prescrição)**

1 - Decorrido o prazo de sessenta dias previsto no artigo anterior, sem que o concessionário ou seu representante tenha feito cessar a situação de abandono, poderá a Câmara Municipal deliberar a prescrição do jazigo ou sepultura, declarando-se caduca a concessão, à qual será dada a publicidade referida no mesmo artigo.

2 - A declaração de caducidade importa a apropriação pela Câmara Municipal do jazigo ou sepultura.

Artigo 51°.**(Realização de obras)**

1 - Quando um jazigo se encontrar em estado de ruína, o que será confirmado por uma comissão constituída por três membros, designada pelo Presidente da Câmara Municipal ou Vereador com competência delegada, desse facto será dado conhecimento aos interessados por meio de carta registada com aviso de recepção, fixando-se-lhes prazos para procederem às obras necessárias.

2 - Na falta de comparência do ou dos concessionários, serão publicados anúncios em dois dos jornais mais lidos da região, dando conta do estado dos jazigos, e identificando, pelos nomes e datas de inumação, os corpos nele depositados, bem como o nome do ou dos últimos concessionários que figurem nos registos.

3 - Se houver perigo eminente de derrocada ou as obras não se realizarem dentro do prazo fixado, pode o Presidente da Câmara ordenar a demolição do jazigo, o que se comunicará aos interessados pelas formas previstas neste artigo, ficando a cargo destes a responsabilidade pelo pagamento das respectivas despesas.

4 - Decorrido um ano sobre a demolição de um jazigo sem que os concessionários tenham utilizado o terreno, fazendo nova edificação, é tal situação fundamentação suficiente para ser declarada a prescrição da concessão.

Artigo 52º
(Restos mortais não reclamados)

Os restos mortais existentes em jazigos a demolir ou declarados perdidos, quando deles sejam retirados, inumar-se-ão em sepulturas a indicar pelo Presidente da Câmara, caso não sejam reclamados no prazo que para o efeito for estabelecido.

Artigo 53º
(Âmbito deste capítulo)

O preceituado neste Capítulo aplica-se, com as necessárias adaptações, às sepulturas perpétuas.

CAPÍTULO XII
CONSTRUÇÕES FUNERÁRIAS
SECÇÃO I
DAS OBRAS

Artigo 54º
(Licenciamento)

1 - O pedido de licença para construção, reconstrução ou modificação de jazigos particulares ou para revestimento de sepulturas perpétuas, deverá ser formulado pelo concessionário em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara, instruído com o projecto da obra, em duplicado, elaborado por técnico inscrito na Câmara Municipal, ou em associação pública profissional, desde que, neste caso, comprove a validade da respectiva inscrição.

2 - Será dispensada a intervenção de técnico para pequenas alterações que não afectem a estrutura da obra inicial, desde que possam ser definidas em simples descrição integrada no próprio requerimento.

3 - Estão isentas de licença as obras de simples limpeza e beneficiação, desde que não impliquem alteração do aspecto inicial dos jazigos e sepulturas.

Artigo 55º**(Projecto)**

1 - Do projecto referido no artigo anterior constarão os elementos seguintes:

- a) – Desenhos devidamente cotados à escala mínima de 1:20, sendo o original em vegetal.
- b) – Memória descritiva da obra, em que especifiquem as características das fundações, natureza dos materiais a empregar, aparelhos, cor, e quaisquer outros elementos esclarecedores da obra a executar;
- c) – Declaração de responsabilidade;
- d) – Estimativa orçamental.

2 - Na elaboração e apreciação dos projectos deverá atender-se à sobriedade própria das construções funerárias exigida pelo fim a que se destinam.

3 - As paredes exteriores dos jazigos só poderão ser construídas com materiais nobres, não se permitindo o revestimento com argamassa de cal ou azulejos, devendo as respectivas obras ser convenientemente executadas.

4 - Salvo em casos excepcionais, na construção de jazigos ou revestimento de sepulturas perpétuas só é permitido o emprego de pedra de uma só cor.

Artigo 56º**(Requisitos dos jazigos)**

1 - Os jazigos, municipais ou particulares, serão compartimentados em células com as seguintes dimensões mínimas:

Comprimento _____ 2,00 m

Largura _____ 0,75 m

Altura _____ 0,55 m

2 - Nos jazigos não haverá mais do que cinco células sobrepostas acima do nível do terreno, ou em pavimento, quando se trate de edificação de vários andares, podendo também dispor-se em subterrâneos.

3 - Na parte subterrânea dos jazigos exigir-se-ão condições especiais de construção, tendentes a impedir as infiltrações de água e a proporcionar arejamento adequado, fácil acesso e boa iluminação.

4 - Os intervalos laterais entre jazigos a construir terão um mínimo de 0,30 metros.

Artigo 57º
(Ossários municipais)

1 - Os ossários municipais dividir-se-ão em células com as seguintes dimensões mínimas interiores:

Comprimento _____ 0,80m

Largura _____ 0,50m

Altura _____ 0,40m

2 - Nos ossários não haverá mais de sete células sobrepostas acima do nível do terreno, ou em cada pavimento, quando se trate de edificação de vários andares.

3 - Admite-se ainda a construção de ossários subterrâneos em condições idênticas e com observância do determinado no n.º 3 do artigo anterior.

ARTIGO 58º
(Jazigos de capela)

1 - Os jazigos de capela não poderão ter dimensões inferiores a 2,00 metros de frente e 2,30 metros de fundo.

2 - Tratando-se de um jazigo destinado apenas à inumação de ossadas, poderá ter o mínimo de 1 metro de frente e 2 metros de fundo.

Artigo 59º.**(Requisitos das sepulturas)**

As sepulturas perpétuas deverão ser revestidas em cantaria, com a espessura máxima de 0,10 metros.

Artigo 60º.**(Obras de conservação)**

1 – Nos jazigos devem efectuar-se obras de conservação, pelo menos de 8 em 8 anos, ou sempre que as circunstâncias o imponham.

2 – Para efeitos do disposto na parte final do número anterior, e nos termos do artigo 51º., os concessionários serão avisados da necessidade das obras, marcando-se-lhes prazo para a execução destas.

3 – Em caso de urgência ou quando não se respeite o prazo referido no número anterior, pode o Presidente da Câmara Municipal ordenar directamente as obras a expensas dos interessados.

4 – Sendo vários os concessionários, considera-se cada um deles solidariamente responsável pela totalidade das despesas.

5 – Em face de circunstâncias especiais, devidamente comprovadas, poderá o Presidente da Câmara Municipal prorrogar o prazo a que alude o nº. 1 deste artigo.

Artigo 61º.**(Desconhecimento da morada)**

Sempre que o concessionário do jazigo ou sepultura perpétua não tiver indicado na Câmara Municipal a morada actual, será irrelevante a invocação da falta ou desconhecimento do aviso a que se refere o nº. 2 do artigo anterior.

Artigo 62º.

(Casos omissos)

Em tudo o que neste capítulo não se encontre especialmente regulado aplicar-se-á, com as devidas adaptações, o disposto no Regulamento Geral das Edificações Urbanas.

SECÇÃO II
DOS SINAIS FUNERÁRIOS E DO EMBELEZAMENTOS DOS JAZIGOS E
SEPULTURAS

Artigo 63º.

(Sinais funerários)

1 – Nas sepulturas e jazigos permite-se a colocação de cruzes e caixas para coroas, assim como inscrição de epitáfios e outros sinais funerários costumados.

2 – Não serão permitidos epitáfios em que se exaltem ideias políticas ou religiosas que possam ferir a susceptibilidade pública, ou que, pela sua redacção, possam considerar-se desrespeitosos ou inadequados.

Artigo 64º.

(Embelezamento)

É permitido embelezar as construções funerárias com revestimentos adequados, ajardinamento, bordaduras, vasos para plantas, ou por qualquer outra forma que não afecte a dignidade própria do local.

Artigo 65º.

(Autorização prévia)

A realização por particulares de quaisquer trabalhos no cemitério fica sujeita a prévia autorização dos serviços municipais competentes e à orientação e fiscalização destes.

CAPÍTULO XIII

DA MUDANÇA DE LOCALIZAÇÃO DO CEMITÉRIO

Artigo 66°. **(Regime legal)**

A mudança de um cemitério para terreno diferente daquele onde está instalado, que implique a transferência, total ou parcial, dos cadáveres, ossadas, fetos mortos e peças anatómicas que aí estejam inumados e das cinzas que aí estejam guardadas, é da competência da Câmara Municipal.

Artigo 67°. **(Transferência do cemitério)**

No caso de transferência do cemitério para outro local, os direitos e deveres dos concessionários são automaticamente transferidos para o novo local, suportando a Câmara Municipal os encargos com o transporte dos restos inumados e sepulturas e jazigos concessionados.

CAPÍTULO XIV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 68°. **(Entrada de viaturas particulares)**

No cemitério é proibida a entrada de viaturas particulares, salvo nos seguintes casos e após autorização dos Serviços do cemitério:

- a) – Viaturas que transportem máquinas ou materiais destinados à execução de obras no cemitério;
- b) – Viaturas ligeiras de natureza particular, transportando pessoas que, dada a sua incapacidade física, tenham dificuldade em se deslocar a pé.

Artigo 69°.

(Proibições no recinto do cemitério)

No recinto do cemitério é proibido:

- a) – Proferir palavras ou praticar actos ofensivos da memória dos mortos ou do respeito devido ao local;
- b) – Entrar acompanhado de quaisquer animais;
- c) – Transitar fora dos arruamentos ou das vias de acesso que separem as sepulturas;
- d) – Colher flores ou danificar plantas ou árvores;
- e) – Plantar árvores de fruto ou quaisquer plantas que possam utilizar-se na alimentação;
- f) – Danificar jazigos, sepulturas, sinais funerários ou quaisquer outros objectos;
- g) – Realizar manifestações de carácter político;
- h) – Utilizar aparelhos áudio, excepto com auriculares;
- i) – A permanência de crianças, quando não acompanhadas.

Artigo 70º.**(Retirada de objectos)**

Os objectos utilizados para fins de ornamentação ou de culto em jazigos ou sepulturas não poderão daí ser retirados sem apresentação do alvará ou autorização escrita do concessionário, nem sair do cemitério sem autorização de funcionário adstrito ao cemitério.

Artigo 71º.**(Realização de cerimónias)**

1 – Dentro do espaço do cemitério, carecem de autorização do Presidente da Câmara:

- a) – Missas campais e outras cerimónias similares;
- b) – Salvas de tiros nas exéquias fúnebres militares;
- c) – Actuações musicais;
- d) – Intervenções teatrais, coreográficas e cinematográficas;

e) – Reportagens relacionadas com a actividade cemiterial.

2 – O pedido de autorização a que se refere o número anterior, deve ser feito com vinte e quatro horas de antecedência, salvo motivos ponderosos.

Artigo 72º.

(Incineração de objectos)

Não podem sair do cemitério, aí devendo ser queimados, os caixões ou urnas que tenham contido corpos ou ossadas.

Artigo 73º.

(Abertura de caixão de metal)

1 – É proibida a abertura de caixão de zinco, salvo em cumprimento de mandado da autoridade judicial ou para efeitos de colocação em sepultura ou em local de consumpção aeróbia de cadáver não inumado.

2 – A abertura de caixão de chumbo utilizado em inumação efectuada antes da entrada em vigor do Decreto-Lei nº. 411/98 é proibida, salvo nas situações decorrentes do cumprimento do mandado da autoridade judicial.

Artigo 74º.

(Taxas)

Haverá lugar ao pagamento das taxas que forem devidas, de entre as previstas nas Tabelas de Taxas e Licenças aplicáveis.

CAPÍTULO XV

FISCALIZAÇÃO E SANÇÕES

Artigo 75º.

(Fiscalização)

A fiscalização do cumprimento do presente regulamento cabe à Câmara Municipal, através dos seus órgãos ou agentes, às autoridades de saúde e às autoridades de polícia.

Artigo 76°.
(Competência)

A competência para determinar a instrução do processo de contra-ordenação e para aplicar a respectiva coima pertence ao Presidente da Câmara, podendo ser delegada em qualquer dos Vereadores.

Artigo 77°.
(Contra-ordenações e coimas)

1 – Constitui contra-ordenação punível com coima de 50.000\$00 a 750.000\$00, a violação das seguintes normas do Decreto-Lei nº. 411/98, de 30 de Dezembro:

- a) – A remoção de cadáver por entidade diferente das previstas no nº. 2 do artigo 5º., com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei nº. 5/2000
- b) – O transporte de cadáver fora de cemitério, em infracção ao disposto no artigo 6º., nºs 1 e 3;
- c) – O transporte de ossadas fora de cemitério, em infracção ao disposto no artigo 6º., nºs 2 e 3;
- d) – O transporte de cadáver ou ossadas, fora de cemitério, desacompanhado de certificado de óbito ou de fotocópia simples de um dos documentos previstos no nº.1 do artigo 9º.;
- e) – A inumação, encerramento em caixão de zinco ou colocação em câmara frigorífica de cadáver antes de decorridas vinte e quatro horas sobre o óbito;
- f) – A inumação de cadáver fora dos prazos previstos no nº.3 do artigo 8º., com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei nº. 5/2000;
- g) – A inumação, encerramento em caixão de zinco ou colocação em câmara frigorífica de cadáver sem que tenha sido previamente lavrado assento ou auto de declaração de óbito ou emitido boletim de óbito, nos termos do nº. 2 do artigo 9º., na redacção do Decreto-Lei nº.5/2000;
- h) – A abertura de caixão de zinco ou de chumbo fora das situações previstas no nº. 1 do artigo 10º.;

- i) – A inumação fora de cemitério público ou de algum dos locais previstos no n.º.2 do artigo 11.º.;
- j) – A utilização, no fabrico de caixão ou caixa de zinco, de folha com espessura inferior a 0,4 mm;
- k) – A inumação em sepultura comum não identificada fora das situações previstas no artigo 14.º.;
- l) – A abertura de sepultura ou local de consunção aeróbia antes de decorridos três anos, salvo em cumprimento de mandado da autoridade judiciária;
- m) – A infracção ao disposto no n.º. 2 do artigo 21.º.;
- n) – A trasladação de cadáver sem ser em caixão de chumbo, nos casos previstos no n.º.2 do artigo 22.º., ou de zinco com a espessura mínima de 0,4 mm;

2 – Constitui contra-ordenação punível com uma coima mínima de 20.000\$00 e máxima de 250.000\$00, a violação das seguintes normas do Decreto-Lei n.º. 411/98, de 30 de Dezembro:

- a) – O transporte de cadáver ou ossadas dentro de cemitério, de forma diferente da que tiver sido determinada pela Câmara Municipal;
- b) – A infracção ao disposto no n.º. 4 do artigo 8.º., com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º.5/2000;
- c) – A trasladação de ossadas sem ser em caixa de zinco com a espessura mínima de 0,4 mm ou de madeira.

3 – Constitui contra-ordenação punível com uma coima mínima de 5.000\$00 e máxima de 20.000\$00, a violação de normas deste regulamento que não tenha enquadramento em alguma das alíneas a) a n) do n.º. 1 e a) a c) do n.º.2, ambos do artigo 77.º. do presente Regulamento.

4 – A negligência e a tentativa são puníveis.

Artigo 78.º.
(Sanções acessórias)

1 – Em função da gravidade da infração e da culpa do agente, são aplicáveis, simultaneamente com a coima, as sanções acessórias constantes do n.º.1, alíneas a) a d), do art.º. 26.º, do Decreto-Lei n.º. 411/98, de 30 de Dezembro.

2 – É dada publicidade à decisão que aplicar uma coima a uma agência funerária.

CAPÍTULO XVI DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 79.º.

(Omissões)

As situações não contempladas no presente regulamento serão resolvidas, caso a caso, pela Câmara Municipal.

Artigo 80.º.

(Revogação)

Fica revogado o Regulamento do Cemitério Municipal, que havia entrado em vigor em 1 de Agosto de 1969.

Artigo 81.º.

(Entrada em vigor)

Este regulamento entra em vigor quinze dias após a publicação da sua aprovação. Paços do Município de Alcanena, 7 de Dezembro de 1999.

Aprovado pela Câmara Municipal após o período de inquérito público na reunião de 12 de Junho de 2000 e pela Assembleia Municipal na sua sessão de 16 de Junho de 2000.

A VICE-PRESIDENTE

(Maria da Conceição Rodrigues Rita da Cunha)
-Eng.ª. Técnica -

